GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SAD/PE
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS/PE
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE AGENTE DE
POLÍCIA, DE DELEGADO DE POLÍCIA E DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PROVA ORAL/MALOTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinada autoridade policial ingressou, sem autorização judicial, durante o período noturno, no consultório médico de João, tendo ali encontrado vultosa quantidade de cocaína. João questionou judicialmente a diligência, tendo alegado ofensa à garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. Na ocasião, ficou registrado no relatório da autoridade policial que a constatação de situação de flagrância foi posterior ao ingresso no consultório de João, não tendo havido anotação de justificativa prévia que indicasse alguma suspeita do delito caracterizado.

Considerando essa situação hipotética, a garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio e a jurisprudência do STF acerca da matéria, responda, de forma justificada, às seguintes indagações.

- 1 Quais são as hipóteses constitucionalmente previstas que permitem afastar a garantia da inviolabilidade do domicílio?
- 2 No caso hipotético apresentado, a conduta da autoridade policial foi acertada?
- 3 No caso narrado, é devido o controle judicial da busca e apreensão realizada?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

6 Direitos e deveres fundamentais. 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 6.5 Garantias constitucionais individuais.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 À luz do artigo 5.º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de **(i)** flagrante delito ou **(ii)** desastre, ou **(iii)** para prestar socorro, ou, **(iv)** durante o dia, por determinação judicial”.

2 **(v)** Em primeiro lugar, cumpre registrar que o “compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade”, isto é, ambientes profissionais privados em geral (escritórios, salas, lojas, oficinas, restaurantes, consultórios etc.) estão sujeitos à proteção constitucional. (HC 106566 / SP).

Nada obstante o alcance da proteção constitucional em relação ao consultório médico, **(vi)** em se tratando de delito de tráfico de drogas praticado, em tese, na modalidade “ter em depósito”, a consumação se prolonga no tempo – **crime permanente** – e, enquanto configurada essa situação, a flagrância permite a busca domiciliar, em período noturno, independentemente da expedição de mandado judicial, desde que presentes fundadas razões de que em seu interior ocorre a prática de crime, como ocorreu na hipótese narrada (RE 603616, Rel. min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe de 10/5/2016). **(vii)** A cláusula que limita o ingresso ao período do dia é aplicável apenas aos casos em que a busca é determinada por ordem judicial.

(viii) No caso em questão, apesar de caracterizada uma das hipóteses constitucionais que autorizam a flexibilização da inviolabilidade domiciliar, a ausência de justificativa prévia **conduz à irregularidade** da conduta da autoridade policial. Conforme entendimento do STF no Tema 280 de repercussão geral, (ix) “**A entrada forçada em domicílio, sem uma justificativa prévia conforme o direito, é arbitrária. Não será a constatação de situação de flagrância, posterior ao ingresso, que justificará a medida. Os agentes estatais devem demonstrar que havia elementos mínimos a caracterizar fundadas razões (justa causa) para a medida**”.

3 Por fim, conforme decidido pelo STF no julgamento do Tema 280 de repercussão geral, (x) “ainda que o flagrante delito legitime o ingresso forçado em casa sem determinação judicial, a medida deve ser controlada judicialmente. (xi) **A inexistência de controle judicial, ainda que posterior à execução da medida, esvaziaria o núcleo fundamental da garantia contra a inviolabilidade da casa (art. 5, XI, da CF) proteger contra ingerências arbitrárias no domicílio** (Pacto de São José da Costa Rica, artigo 11, 2, e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigo 17, 1).

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4 Domínio do conhecimento jurídico

QUESITO 4.1 Hipóteses constitucionais de inviolabilidade do domicílio: itens (i), (ii), (iii) e (iv) elencados no item 1 do padrão de resposta

Conceito 0 – Não responde à indagação ou cita incorretamente as hipóteses previstas.

Conceito 1 – Cita corretamente apenas uma das hipóteses previstas.

Conceito 2 – Cita corretamente apenas duas das hipóteses previstas.

Conceito 3 – Cita corretamente apenas três das hipóteses previstas.

Conceito 4 – Cita corretamente as quatro hipóteses previstas.

QUESITO 4.2 Análise da situação narrada: itens (v), (vi), (vii) (viii) e (ix) elencados no item 2 do padrão de resposta

Conceito 0 – Não responde à indagação ou a responde de forma totalmente incorreta ou responde apenas sim ou não.

Conceito 1 – Fundamenta corretamente a resposta, com base em apenas um dos itens elencados.

Conceito 2 – Fundamenta corretamente a resposta, com base em apenas dois dos itens elencados.

Conceito 3 – Fundamenta corretamente a resposta, com base em apenas três dos itens elencados.

Conceito 4 – Fundamenta corretamente a resposta, com base em quatro ou mais itens elencados.

QUESITO 4.3 Controle judicial da busca e apreensão: itens (x) e (xi) elencados no item 3 do padrão de resposta

Conceito 0 – Não responde à indagação ou a responde de forma totalmente incorreta ou responde apenas sim ou não.

Conceito 1 – Fundamenta corretamente a resposta, com base em apenas um dos itens elencados.

Conceito 2 – Fundamenta corretamente a resposta, com base nos dois itens elencados.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quais são as hipóteses constitucionais que flexibilizam a inviolabilidade domiciliar?
- 2 No caso retratado, o consultório recebe a mesma proteção do domicílio?
- 3 Há necessidade de controle judicial nos casos de busca e apreensão domiciliar quando constatado o flagrante delito?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Hipóteses constitucionais de inviolabilidade do domicílio	0,00 a 20,00	0	1	2	3 4
4.2	Análise do caso hipotético quanto à conduta da autoridade policial	0,00 a 40,00	0	1	2	3 4
4.3	Controle judicial da busca e apreensão	0,00 a 10,00	0	1	2	
TOTAL		100,00				

**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SAD/PE
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS/PE
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)**

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE AGENTE DE
POLÍCIA, DE DELEGADO DE POLÍCIA E DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA**

PROVA ORAL/MALOTE 2

DIREITO PENAL

QUESTÃO 2

Conceitue involuntariedade e discorra sobre sua aplicabilidade no direito penal brasileiro, citando pelo menos três exemplos que a caracterizem. Explique, ainda, o que seriam ações em curto-circuito e esclareça se elas são consideradas involuntárias.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

6.3 O fato típico e seus elementos. 6.4 Causas de exclusão da tipicidade.

PADRÃO DE RESPOSTA

A involuntariedade é uma causa de exclusão da conduta, assim como o caso fortuito, a força maior e a coação física irresistível. Ela pode ser representada pela ausência de capacidade do agente de dirigir uma conduta de acordo com uma finalidade predeterminada (Rogério Sanches).

Exemplos de involuntariedade seriam o estado de inconsciência completa, como o sonambulismo e a hipnose, além dos movimentos reflexos, que seriam uma reação automática do organismo a um estímulo externo, não havendo aqui elemento anímico por parte do agente.

Diferentemente dos movimentos reflexos, as ações em curto-circuito podem caracterizar-se por uma ação repentina, a qual decorre da excitação exacerbada de diversos órgãos (Flávio Monteiro de Barros), como os atos criminosos realizados em uma invasão a campo, motivados pela excitação do jogo e da torcida. Todavia, por mais que aparentem inconsciência, isso não ocorre, mantendo o agente sua consciência, havendo, sim, uma vontade, motivo pelo qual responde o agente por seus atos/resultado.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 Conceito de involuntariedade e sua aplicabilidade no direito penal brasileiro

Conceito 0 – Não conceitua involuntariedade nem explica sua aplicação no direito penal brasileiro ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Apenas conceitua corretamente involuntariedade ou explica corretamente sua aplicação no direito penal brasileiro.

Conceito 2 – Conceitua involuntariedade de forma parcialmente correta ou incompleta e explica a sua aplicação no direito penal brasileiro também de forma parcialmente correta ou incompleta.

Conceito 3 – Conceitua corretamente involuntariedade e explica corretamente a sua aplicação no direito penal.

QUESITO 4.2 Três exemplos característicos de involuntariedade

Conceito 0 – Não cita nenhum exemplo de involuntariedade ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Cita apenas um exemplo correto.

Conceito 2 – Cita apenas dois exemplos corretos.

Conceito 3 – Cita pelo menos três exemplos corretos.

QUESITO 4.3 Ações em curto-circuito

Conceito 0 – Não explica o que seriam essas ações nem esclarece que não se enquadram na involuntariedade ou apresenta explicação e esclarecimento totalmente incorretos.

Conceito 1 – Explica corretamente o que seriam essas ações ou esclarece que não se enquadram na involuntariedade.

Conceito 2 – Explica de forma parcialmente correta ou incompleta o que seriam essas ações e esclarece que não se enquadram na involuntariedade.

Conceito 3 – Explica corretamente o que seriam essas ações e esclarece que não se enquadram na involuntariedade.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Como se caracteriza a involuntariedade no direito brasileiro?
- 2 Que condutas podem ser atribuídas à involuntariedade?
- 3 O que significa agir em curto-circuito?
- 4 As ações em curto-circuito se enquadram nos casos de involuntariedade?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Conceito de involuntariedade e sua aplicabilidade no direito penal brasileiro	0,00 a 25,00	0	1	2	3
4.2	Três exemplos característicos de involuntariedade	0,00 a 20,00	0	1	2	3
4.3	Ações em curto-circuito	0,00 a 25,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SAD/PE
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS/PE
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE AGENTE DE
POLÍCIA, DE DELEGADO DE POLÍCIA E DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PROVA ORAL/MALOTE 2

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Após receber a *notitia criminis*, o delegado de polícia Maurício Marcondes instaurou inquérito policial contra Gabriel da Silva para investigar supostos crimes de estelionato praticados contra diversas vítimas. Durante a investigação, o investigado, Gabriel da Silva, descobriu que o delegado de polícia, Maurício Marcondes, que preside o inquérito, consta como vítima do crime por ele investigado.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma justificada, com fundamento no Código de Processo Penal e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, às seguintes indagações.

- 1 Gabriel da Silva poderá opor judicialmente a exceção de suspeição visando ao afastamento do delegado de polícia?
- 2 O fato de ser, ao mesmo tempo, vítima e delegado de polícia torna nulo o inquérito policial presidido por Maurício Marcondes?
- 3 O delegado de polícia deve conduzir as investigações por força de lei ou poderá se declarar suspeito?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

2 Inquérito policial. 2.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, *notitia criminis*; *delatio criminis*, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.

PADRÃO DE RESPOSTA

1) Durante os atos investigativos, **não há** possibilidade de se requerer judicialmente a suspeição da autoridade policial, devendo a parte que se sentir prejudicada buscar a esfera administrativa para opor a suspeição e requerer a substituição para o superior hierárquico.

2) A eventual irregularidade do inquérito não eiva de nulidade a ação penal que dele decorre. A eventual condução do inquérito policial por autoridade suspeita não torna nulos os atos investigativos. Para os tornar nulos, a parte prejudicada deve provar o prejuízo.

3) A suspeição pode ser autodeclarada em casos de envolvimento emocional ou pessoal, interesse econômico ou financeiro, ou em situações onde exista inimizade ou amizade íntima com uma das partes envolvidas no processo investigado. Logo, a autoridade policial pode se dar por suspeito quando sua atuação possa ser influenciada por fatores externos e pessoais, ainda que indiretos.

Não é obrigado a seguir na presidência do inquérito, podendo se declarar suspeito.

A suspeição, uma vez declarada, exige que a autoridade policial se afaste de qualquer ato ou condução

relacionada ao caso investigado, sendo imediatamente substituída por outra que possa assegurar a imparcialidade.

Fundamentação

A suspeição de autoridades policiais é um instrumento jurídico que visa assegurar a integridade do procedimento investigativo policial, uma vez que a atuação policial deve ser neutra e isenta de interesses pessoais ou motivação prévia contra o investigado. No âmbito penal, as autoridades policiais possuem papel essencial na fase de investigação, devendo coletar provas de maneira objetiva e sem interesses pessoais.

A suspeição de autoridade policial encontra-se prevista no CPP, que prescreve:

Art. 107. Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas, quando ocorrer motivo legal.

Portanto, de uma simples análise não é cabível opor “exceção de suspeição de autoridade policial”, consoante se depreende do artigo 107 do CPP, havendo a possibilidade de a própria autoridade declarar-se suspeita quando ocorrer motivo legal. Essas fundamentações legais para a autodeclaração de suspeição são as previstas no artigo 254 do CPP, aplicável por analogia. Assim, o delegado de polícia poderá se dar por suspeito quando:

- I – for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer parte;
- II – ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, for investigado ou vítima;
- III – for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;
- IV – for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no procedimento policial.

Como se observa, a suspeição pode ser autodeclarada em casos de envolvimento emocional ou pessoal, interesse econômico ou financeiro, ou em situações onde exista inimizade ou amizade íntima com uma das partes envolvidas no processo investigado. Logo, a autoridade policial deve se dar por suspeita quando sua atuação possa ser influenciada por fatores externos e pessoais, ainda que indiretos.

Contudo, cumpre destacar que, durante os atos investigativos, não há possibilidade de se requerer judicialmente a suspeição da autoridade policial, devendo a parte que se sentir prejudicada buscar a esfera administrativa para opor a suspeição. Nesse sentido:

“O art. 107 do CPP não permite a oposição de exceção de suspeição contra autoridades policiais, cabendo à parte que se julgue prejudicada buscar a resolução da questão na esfera administrativa. Ademais, eventual irregularidade do inquérito não eiva de nulidade a ação penal dele decorrente. Precedentes.” (STJ — REsp 1.942.942/RO, 5.^a Turma, Rel. min. Ribeiro Dantas, julgado em 10.08.2021, *DJe* 17.08.2021).

A suspeição, uma vez declarada, exige que a autoridade policial se afaste de qualquer ato ou condução relacionada ao caso investigado, sendo imediatamente substituída por outra que possa assegurar a imparcialidade.

Importante destacar que **o art. 107 do CPP não autoriza a oposição de exceção de suspeição contra o Delegado de Polícia, podendo a parte que se julgue prejudicada buscar o afastamento da autoridade policial na esfera administrativa, junto às instâncias superiores do órgão policial.** Nesse sentido, Guilherme de Souza Nucci:

“Não é suficiente deixar-se ao critério da autoridade policial fazê-lo. Cremos, pois, que, havendo motivação para a consideração da suspeição do delegado, não podendo o magistrado afastá-lo, por falta de previsão legal, deve a parte interessada **solicitar o afastamento da autoridade policial ao Delegado Geral de Polícia ou, sendo o pleito recusado, ao Secretário da Segurança Pública.** A questão torna-se, então, administrativa, pois existe recomendação legal para que o afastamento ocorra. Por ordem superior, tal pode ocorrer” (*Código de Processo Penal comentado*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 283)

Verifica-se, por consequência, que o próprio delegado poderá declarar-se suspeito, comunicando o fato ao chefe da polícia civil para designar outro em seu lugar.

Importante destacar que eventual irregularidade do inquérito não eiva de nulidade a ação penal que dele decorre. A eventual condução do inquérito policial por autoridade suspeita não faz com que torne os atos investigativos nulos. Nesse sentido, o STJ decidiu:

AREsp 1842110 17/08/2021

RECURSO ESPECIAL Nº 1.942.942 – RO (2021/0051872-6) RELATOR: MINISTRO RIBEIRO DANTAS RECORRENTE: J E DE S ADVOGADOS: LÉO ANTÔNIO FACHIN – RO004739 ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE – RO005177 RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO CRIMINAL. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES (artigo 218-B, § 2º, I, DO CP). INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR CONDUZIDA PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM COLABORAÇÃO COM DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL QUE ATUAVAM JUNTO AO GAECO. **POSTERIOR DESCOBERTA, PELA DEFESA, DA SUSPEIÇÃO DE UM DESSES DELEGADOS. NULIDADE DA CONDENAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 107 DO CPP. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.**

1. No acórdão objeto desta revisão criminal, o recorrente foi condenado pelo crime do artigo 218-B, § 2º, I, do CP, por 7 vezes, em razão de ter mantido relações sexuais com adolescentes aliciadas por rede de prostituição.

2. Após o trânsito em julgado da condenação, a defesa descobriu prova da suspeição de um dos delegados que atuou junto ao GAECO na investigação preliminar, dirigida pelo próprio MP/RO. Isso porque um dos possíveis clientes da mesma rede de prostituição, conforme indícios descobertos em interceptação telefônica, era pai do referido delegado, mas não chegou a ser indiciado ou mesmo investigado. O delegado, outrossim, não se afastou da investigação contra o recorrente.

3. O artigo 107 do CPP não permite a oposição de exceção de suspeição contra autoridades policiais, cabendo à parte que se julgue prejudicada buscar a resolução da questão na esfera administrativa. Ademais, eventual irregularidade do inquérito não eiva de nulidade a ação penal dele decorrente. Precedentes.

4. Ao contrário do que afirma a defesa, o delegado não presidiu a investigação criminal, função que coube ao promotor de justiça.

5. Dentre as provas que fundamentaram a condenação do recorrente, apenas a interceptação telefônica foi realizada com a participação do delegado suspeito. A defesa, contudo, não se insurge contra o conteúdo material das conversas gravadas, tampouco indica serem falsas em alguma medida.

6. Ausente a indicação do prejuízo causado pela suspeição, é inviável a pronúncia de nulidade da condenação.

7. Recurso especial desprovido, com determinação de envio de cópias dos autos aos órgãos de controle, para que tomem ciência das condutas adotadas pelo MP/RO e pelo delegado na investigação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, com determinação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado) e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. **SUSTENTARAM ORALMENTE: DR. LÉO ANTÔNIO FACHIN (P/RECTE) E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Brasília (DF), 10 de agosto de 2021 (data do julgamento) MINISTRO RIBEIRO DANTAS Relator**

No mesmo sentido o seguinte julgado:

“(…) III – A arguição de suspeição de autoridade policial é expressamente vedada pela norma do art. 107 do Código de Processo Penal. IV – O inquérito policial é procedimento administrativo de caráter inquisitório, informativo e preparatório, cuja finalidade é fornecer ao Ministério Público elementos de cognição para a eventual propositura de ação penal, de modo que eventual irregularidade que nele se manifeste não contamina de nulidade a ação penal. (AgRg no HC 537.179/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2020, DJe 09/09/2020).

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 Quanto ao cabimento de exceção de suspeição visando ao afastamento do delegado de polícia

Conceito 0 – Não responde ao questionamento ou apresenta resposta completamente equivocada.

Conceito 1 – Afirma que o investigado não pode opor judicialmente a suspeição, mas não menciona que pode, por analogia, requerer substituição ao superior hierárquico nem cita a existência de previsão legal.

Conceito 2 – Afirma que o investigado não pode opor judicialmente a suspeição, mas pode, por analogia, requerer substituição ao superior hierárquico, mencionando a existência de previsão legal no CPP, mas não o artigo, ou erra o número do artigo.

Conceito 3 – Afirma que o investigado não pode opor judicialmente a suspeição, mas pode, por analogia, requerer substituição ao superior hierárquico, fundamentando corretamente a resposta no art. 107 do CPP.

QUESITO 4.2 Quanto à nulidade do inquérito policial presidido por Maurício Marcondes

Conceito 0 – Não responde ao questionamento ou apresenta resposta completamente equivocada.

Conceito 1 – Afirma que não há nulidade do inquérito policial, sem apresentar toda a fundamentação adequada.

Conceito 2 – Afirma que não há nulidade do inquérito policial, salvo se comprovar o prejuízo.

QUESITO 4.3 Quanto à declaração de suspeição do delegado de polícia

Conceito 0 – Não responde ao questionamento ou apresenta resposta completamente equivocada.

Conceito 1 – Afirma apenas que o delegado de polícia não é obrigado a seguir na presidência do inquérito e poderá se declarar suspeito, mas não cita os casos previstos em lei.

Conceito 2 – Afirma que o delegado de polícia não é obrigado a seguir na presidência do inquérito e poderá se declarar suspeito, citando, de forma parcialmente correta ou incompleta, os casos previstos em lei.

Conceito 3 – Afirma que o delegado de polícia não é obrigado a seguir na presidência do inquérito e poderá se declarar suspeito, citando corretamente e de forma completa os casos previstos em lei.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 O caso concreto justifica a oposição pelo investigado da suspeição do delegado de polícia?
- 2 O caso descrito justifica a nulidade do inquérito policial?
- 3 O delegado de polícia é obrigado por lei a continuar conduzindo as investigações? Ele pode se declarar suspeito?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Posicionamento quanto à oposição judicial da exceção de suspeição	0,00 a 30,00	0	1	2	3
4.2	Posicionamento quanto à nulidade do inquérito policial	0,00 a 20,00	0	1	2	
4.3	Posicionamento quanto à declaração de suspeição do delegado de polícia	0,00 a 20,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SAD/PE
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS/PE
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, DE DELEGADO DE POLÍCIA E DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PROVA ORAL/MALOTE 2

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Arnaldo compareceu à delegacia de polícia civil do estado para registrar ocorrência criminal referente ao fato de um desconhecido perfil na Internet estar oferecendo, trocando e distribuindo, por *e-mail*, cenas de sexo explícito com crianças. Em seu relato, Arnaldo declarou ter recebido fotos e vídeos adulterados de sua filha, de 11 anos de idade, mantendo relação sexual com um homem adulto não identificado. Para corroborar as informações prestadas, Arnaldo deixou na delegacia as fotos e os vídeos recebidos, além de indicar o perfil, o *e-mail* e a plataforma *online* utilizados pelo agente.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma fundamentada na legislação pertinente, às seguintes indagações.

- 1 Caso o delegado de polícia pretenda valer-se de agente infiltrado para apurar os crimes narrados por Arnaldo, quais são os requisitos legais previstos para essa forma de investigação?
- 2 Iniciada a infiltração, qual o prazo previsto para finalizar a investigação? Esse prazo pode ser prorrogado?
- 3 Conforme entendimento firmado pelos tribunais superiores, como se define a competência material e territorial para o processamento e o julgamento dos crimes informados por Arnaldo?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

6 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Requisitos legais para investigação com infiltração de agente policial

A Lei n.º 8.069/1990 (ECA), em sua Seção V-A (arts 190-A a 190-E), estabelece a possibilidade da infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, permitindo a utilização dessa forma de diligência investigatória para apurar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do ECA e nos arts.

154-A, 217-A, 218, 218-A, do Código Penal.

Para a devida autorização judicial dessa forma de investigação, devem-se observar os seguintes requisitos:

I – **Requerimento do Ministério Público** ou **representação de delegado de polícia**, contendo:

- a. a **demonstração de sua necessidade**,
- b. o **alcance das tarefas dos policiais**,

- c. os **nomes ou apelidos das pessoas investigadas e,**
 - d. quando possível, os **dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas;**
- II – **Demonstração da imprescindibilidade da medida** (Art. 190-A, § 3.º A infiltração de agentes de polícia na internet **não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios**).
- III – **Autorização judicial prévia** devidamente circunstanciada e fundamentada, estabelecendo os limites da infiltração para obtenção de prova, **ouvido o Ministério Público;**
- IV – Investigação de crimes tipificados nos **arts. 240 , 241 , 241-A , 241-B , 241-C e 241-D do ECA e nos arts. 154-A , 217-A , 218 , 218-A do Código Penal.**

2 Prazo para finalizar a investigação com agentes infiltrados / Possibilidade de prorrogação

O prazo **não poderá exceder a 90 (noventa) dias**, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total **não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias** e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.

Art.190-A, inciso III, do ECA: “não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)”

3 – Competência material e territorial para o processamento e julgamento dos crimes informados por Arnaldo conforme entendimento firmado pelos tribunais superiores

Em relação ao juízo processante (**competência material**), segundo o STF, na tese firmada no Tema 393, como regra geral, “**Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990) quando praticados por meio da rede mundial de computadores**”.

Consoante o STF, de acordo com o art. 109, inciso V, da Constituição Federal, a competência é da justiça federal para processar e julgar esse fato e depende do preenchimento de três requisitos cumulativos:

- a) que o ato seja considerado crime tanto no Brasil quanto no exterior;
- b) que o Brasil seja parte de tratado ou convenção internacional que o comprometa a reprimir criminalmente essa conduta; e
- c) que o crime tenha sido iniciado no território brasileiro, com o resultado ocorrendo ou podendo ocorrer no exterior, ou vice-versa.

Portanto, para que a competência seja da justiça federal, é necessário que haja uma relação de internacionalidade entre a conduta praticada e o resultado produzido, ou que deveria ser produzido.

O STF reconhece que, quando a publicação de material pornográfico infanto-juvenil ocorre em plataformas virtuais de amplo acesso, acessíveis a qualquer pessoa conectada à internet, a característica de internacionalidade é evidenciada. Isso decorre tanto do ambiente aberto e propício ao acesso global quanto do objetivo do autor de disseminar o conteúdo para o maior número possível de indivíduos, incluindo aqueles fora do território nacional. Por isso, **para que a justiça federal seja considerada competente, basta que o material pornográfico tenha ficado acessível a pessoas no exterior, mesmo que não haja comprovação de que o acesso efetivamente ocorreu.** A potencial internacionalidade resulta do alcance global inerente aos sites de amplo acesso, conforme estabelecido no art. 2º, inciso I, da Lei n.º 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

Cumprido destacar que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança e ratificou seu Protocolo Facultativo. Esses instrumentos internacionais reforçam a proteção da infância e obrigam os países a criminalizar condutas relacionadas à pornografia infantil, o que reforça a competência da Justiça Federal.

Por outro lado, não há internacionalidade, nem mesmo potencial, quando a situação envolve comunicação privada entre indivíduos, como troca de e-mails ou mensagens em canais fechados, com ambos os participantes localizados no Brasil. Nesse caso, o conteúdo permanece restrito à comunicação entre os envolvidos, sem evidência de exposição internacional.

Portanto, se durante as investigações dos crimes apontados por Arnaldo, não ficar evidenciada a potencial internacionalidade, deve ser processada em julgada pela Justiça Estadual.

Nesse sentido, STF:

RE 628624

Repercussão Geral – Mérito (Tema 393)

Órgão julgador: Tribunal Pleno

Relator(a): min. MARCO AURÉLIO

Redator(a) do acórdão: min. EDSON FACHIN

Julgamento: 29/10/2015

Publicação: 06/04/2016

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME PREVISTO NO ARTIGO 241-A DA LEI 8.069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). COMPETÊNCIA. DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE IMAGENS COM CONTEÚDO PORNOGRÁFICO ENVOLVENDO CRIANÇA OU ADOLESCENTE. CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA. DELITO COMETIDO POR MEIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET). INTERNACIONALIDADE. ARTIGO 109, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. À luz do preconizado no art. 109, V, da CF, a competência para processamento e julgamento de crime será da Justiça Federal quando preenchidos 03 (três) requisitos essenciais e cumulativos, quais sejam, que: a) o fato esteja previsto como crime no Brasil e no estrangeiro; b) o Brasil seja signatário de convenção ou tratado internacional por meio do qual assume o compromisso de reprimir criminalmente aquela espécie delitiva; e c) a conduta tenha ao menos se iniciado no Brasil e o resultado tenha ocorrido, ou devesse ter ocorrido no exterior, ou reciprocamente. 2. O Brasil pune a prática de divulgação e publicação de conteúdo pedófilo-pornográfico, conforme art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. Além de signatário da Convenção sobre Direitos da Criança, o Estado Brasileiro ratificou o respectivo Protocolo Facultativo. Em tais acordos internacionais se assentou a proteção à infância e se estabeleceu o compromisso de tipificação penal das condutas relacionadas à pornografia infantil. 4. Para fins de preenchimento do terceiro requisito, é necessário que, do exame entre a conduta praticada e o resultado produzido, ou que deveria ser produzido, se extraia o atributo de internacionalidade dessa relação. 5. Quando a publicação de material contendo pornografia infanto-juvenil ocorre na ambiência virtual de sítios de amplo e fácil acesso a qualquer sujeito, em qualquer parte do planeta, que esteja conectado à internet, a constatação da internacionalidade se infere não apenas do fato de que a postagem se opera em cenário propício ao livre acesso, como também que, ao fazê-lo, o agente comete o delito justamente com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas, inclusive assumindo o risco de que indivíduos localizados no estrangeiro sejam, igualmente, destinatários do material. A potencialidade do dano não se extrai somente do resultado efetivamente produzido, mas também daquele que poderia ocorrer, conforme própria previsão constitucional. 6. Basta à configuração da competência da Justiça Federal que o material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes tenha estado acessível por alguém no estrangeiro, ainda que não haja evidências de que esse acesso realmente ocorreu. 7. A extração da potencial internacionalidade do resultado advém do nível de abrangência próprio de sítios virtuais de amplo acesso, bem como da reconhecida dispersão mundial preconizada no art. 2º, I, da Lei 12.965/14, que instituiu o Marco Civil da Internet no Brasil. 8. Não se constata o caráter de internacionalidade, ainda que potencial, quando o panorama fático envolve apenas a comunicação eletrônica havida entre particulares em canal de comunicação fechado, tal como ocorre na troca de e-mails ou conversas privadas entre pessoas situadas no Brasil. Evidenciado que o conteúdo permaneceu enclausurado entre os participantes da conversa virtual, bem como que os envolvidos se conectaram por meio de computadores instalados em território nacional, não há que se cogitar na internacionalidade do resultado. 9. Tese fixada: “Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990) quando praticados por meio da rede mundial de computadores”. 10. Recurso extraordinário desprovido.

Tema 393 - Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.

Tese - Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990) quando praticados por meio da rede mundial de computadores.

Em relação ao lugar do crime, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento genérico no sentido de que é competente para processar e julgar crimes cometidos por meio da internet o juízo do local onde as informações são alimentadas, sendo irrelevante o local do provedor. Portanto, apesar de se poder iniciar as investigações policiais em qualquer lugar, a competência para processar e julgar será definido pelo domicílio do agente, pois é o local onde se pratica a infração penal. Essas hipóteses consistem na regra geral previstas nos art 70 do CPP. Em se tratando de *cybercrimes*, o STJ, em julgamento de Conflito de Competência, tem os seguintes entendimentos.

CC 29886

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. PUBLICAÇÃO DE PORNOGRAFIA ENVOLVENDO CRIANÇA OU ADOLESCENTE ATRAVÉS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. ART. 241 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. CONSUMAÇÃO DO ILÍCITO. LOCAL DE ONDE EMANARAM AS IMAGENS PEDÓFILO-PORNOGRÁFICAS.
1 - A consumação do ilícito previsto no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorre no ato de publicação das imagens pedófilo-pornográficas, sendo indiferente a localização do provedor de acesso à rede mundial de computadores onde tais imagens encontram-se armazenadas, ou a sua efetiva visualização pelos usuários.
2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Santa Catarina.

ÓRGÃO JULGADOR - TERCEIRA SEÇÃO DATA DO JULGAMENTO: 12/12/2007

CC 145.424

PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A HONRA. CALÚNIA. SUPOSTAS OFENSAS PUBLICADAS EM SITE NA INTERNET. COMPETÊNCIA DO LOCAL ONDE AS INFORMAÇÕES SÃO ALIMENTADAS.
1. Em recente decisão desta Terceira Seção ficou consolidado que é competente para julgamento de crimes cometidos pela internet o juízo do local onde as informações são alimentadas, sendo irrelevante o local do provedor. "Esse local deve ser aquele de onde efetivamente partiu a publicação do conteúdo, o que ocorre no próprio local do domínio em que se encontra a home page, porquanto é ali que o titular do domínio alimenta o seu conteúdo, independentemente do local onde se hospeda o sítio eletrônico (provedor)" (CC 136.700/SP Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 1º/10/2015).
2. A jurisprudência da Corte admite a declaração de competência de terceiro juízo, estranho ao conflito. A veiculação da reportagem supostamente caluniosa partiu de sítio eletrônico cujo domínio é de empresa sediada em Fortaleza/CE, o que afasta a competência dos juízos que figuram como suscitante e suscitado neste incidente.
3. Conflito conhecido para declarar competente uma das varas criminais da comarca de Fortaleza/CE, juízo estranho ao conflito.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4 Domínio do conhecimento jurídico

QUESITO 4.1 Requisitos legais previstos para investigação com agente infiltrado: (i) Requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia, contendo: (ii) demonstração de sua necessidade; (iii) alcance das tarefas dos policiais; (iv) nomes ou apelidos das pessoas investigadas; (v) dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas; (vi) Demonstração da imprescindibilidade da medida; (vii) Autorização judicial prévia ouvido o Ministério Público.

Conceito 0 – Não citou nenhum requisito ou citou requisitos totalmente incorretos.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas um dos requisitos anteriormente elencados.

Conceito 2 – Citou corretamente apenas dois dos requisitos anteriormente elencados.

Conceito 3 – Citou corretamente apenas três dos requisitos anteriormente elencados.

Conceito 4 – Citou corretamente apenas quatro dos requisitos anteriormente elencados.

Conceito 5 – Citou corretamente mais de quatro dos requisitos anteriormente elencados.

QUESITO 4.2

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou indicou o prazo errado.

Conceito 1 – Apresentou corretamente somente um dos prazos.

Conceito 2 – Apresentou corretamente os dois prazos.

QUESITO 4.3

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Definiu corretamente apenas uma das regras de competência: a definida pelo STF (justiça federal) ou a definida pelo STJ (lugar do armazenamento).

Conceito 2 – Definiu corretamente tanto a regra definida pelo STF (Justiça Federal) quanto a definida pelo STJ (lugar da publicação).

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quais são os requisitos legais que autorizam a infiltração de agentes?
- 2 Qual o prazo definido em lei para finalizar a investigação com infiltração de agentes? É possível a prorrogação do prazo?
- 3 Como é definida pelos tribunais superiores a competência territorial e material para o processamento e o julgamento dos crimes informados na situação hipotética?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO					
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3		
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3		
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2			
4	Domínio do conhecimento jurídico							
4.1	Requisitos legais para investigação com infiltração de agente policial	0,00 a 40,00	0	1	2	3	4	5
4.2	Prazo para finalizar a investigação com agentes infiltrados / Prorrogação	0,00 a 10,00	0	1	2			
4.3	Competência material e territorial dos crimes informados conforme entendimento dos tribunais superiores	0,00 a 20,00	0	1	2			
TOTAL		100,00						